

OS SENTIDOS DE UMA ESTÁTUA: ESPAÇO, INDIVIDUAÇÃO, ACONTECIMENTO E MEMÓRIA

ENI PUCCINELLI ORLANDI

Universidade Estadual de Campinas
Universidade do Vale do Sapucaí

Introdução

A presença da estátua de Fernão Dias Paes Leme, à margem da rodovia que leva seu nome, na entrada de Pouso Alegre, apela, de pronto, para a questão da territorialidade. E eu ligo esta questão a uma questão que se repete na história do homem: a que para falar em identidade fala em “solo e sangue”.

A identidade, como a pensamos na análise de discurso, não é uma essência, ela resulta de processos de identificação, e no caso que se apresenta, como veremos, a identidade fica refém de critérios (da nacionalidade, do país, da cidadania?) que impõem a necessidade de “solo e sangue”. Ligam-se aqui memória e espaço. Sem esquecer que, como tenho afirmado (E. Orlandi, 1990), a identidade é um movimento na história.

A territorialidade, traz a idéia de controle: tentativa de influenciar e controlar as ações alheias através do reforço do controle sobre uma área e os objetos nela contidos (Sack, 1983, apud Mc Andrew, 1993). Eu acrescentaria aí, não só os objetos, mas também os sujeitos.

Trata-se de espaços, de seres, de acontecimentos, e de delimitações.

Se procurarmos a etimologia de território, lemos que o termo, originário do latim *territorium* (derivado de *terra*) figurava nos tratados de agrimensura, significando “pedaço de terra apropriada”. Notemos: terra **apropriada**. O próprio põe em funcionamento a idéia de sujeitos. Ei-los que retornam. Incontornáveis. Assim como os sentidos que vêm junto a eles. Estar em terra própria. Estar em casa. Sentir-se em casa. E são estes sujeitos e estes sentidos nossos objetivos desta análise.

Como se individua o sujeito de Pouso Alegre pelo discurso de e sobre Fernão Dias, ou, como Fernão Dias significa pela sua intervenção no território/espaço que constitui Pouso Alegre. Como significa “esta terra”, e seus habitantes?

Nossa análise observa o modo como Pouso Alegre se inscreve – pela simbolização em uma estátua – no território brasileiro, como faz parte da geopolítica, da sociedade e da economia brasileira. Espaço político de significação marcado pelo gesto administrativo em seus recortes.

Como isto vem significado por Fernão Dias, o bandeirante que, a partir de São Paulo, percorre os rumos das Minas Gerais. Vamos procurar entender como se dá a constituição de uma imagem e de um real, de um poder local.

O discurso sobre Fernão Dias – e estamos falando do poder de evocação da estátua – encarna a *territorialidade* em que se localiza Pouso Alegre, em seu entorno, em sua sociedade, em sua cidade, sua população. Em seus sujeitos.

Visamos compreender como Fernão Dias, o Bandeirante, mas sobretudo, o bandeirante feito estátua, que pousa na entrada de Pouso Alegre, contribui para a constituição de um espaço unificado – unidade imaginária, o Um da identidade – formado pelas cidades do Vale do Sapucaí, em que se destaca Pouso Alegre.

Ainda que falemos em territorialidade, não estaremos, pois, inscrevendo nossa fala e nossa análise no campo da geografia, mas no que podemos dizer sobre territorialidade a partir da análise de discurso, ou seja, aliando cidade/sujeito/sociedade. Pensando sujeito/espaço/linguagem/acometimento.

No presente caso, estamos diante de uma forma material particular: um monumento, um objeto, ou melhor, um lugar de memória (P. Nora, 1984), uma estátua. Também uma forma em sua materialidade. Que tem um corpo, o de Fernão Dias, feito estátua. E é este nosso corpus para análise, é este o discurso que precisamos compreender.

Uma estátua, assim como qualquer objeto simbólico, que aqui tomamos como um discurso, não significa apenas em si. Todo sentido é relação a (Canguilhem, 1976). E, no caso da estátua, também os discursos que ela produz – uma estátua não fala mas produz discursos - são parte de seus sentidos.

Um pouco de Fernão Dias

É sobejamente conhecido que o bandeirante Fernão Dias nasceu em São Paulo em 1626. É em 1674 que ele parte à caça, como lemos sempre em nossos livros de história, de ouro e esmeraldas. Morre em 1681 no meio da mata. É nessa caça às esmeraldas que ele adentra o território de Minas. Parte em direção ao Rio das Velhas, atravessa a serra da Mantiqueira (na região de Atibaia e Camanducaia). E vai fazendo um trajeto com seus entrepostos comerciais, suas povoações. História grandiosa de um Bandeirante. Se encontrou só algumas esmeraldas (174), povoou terras; se não voltou vitorioso, abriu o ciclo do ouro. E, o que nos interessa particularmente, seu trajeto vai desenhando nosso território, vai apropriando nosso solo com nosso sangue. E neste percurso está Pouso Alegre. Mas não só isso, enquanto luta pelas suas conquistas, vai alinhavando lugares e povoações, isto é, está praticando o princípio da nacionalidade: o da unidade territorial do país Brasil.

Daí a forma da homenagem: uma estrada com seu nome. Não qualquer estrada, mas a que liga São Paulo e Minas. E, nela, uma estátua. Na entrada de Pouso Alegre. E ainda é nessa direção de sentidos que vai o gesto: a estátua é doada, em 1960, pelo DNER com sede no Rio de Janeiro. Segundo o relato que consultamos¹, o lugar foi determinado por autoridades e técnicos do DNER às margens da rodovia que leva o

¹ Queremos aqui agradecer o auxílio inestimável, na pesquisa de dados de arquivo, da mestrandia Lys Sandra Vitale de Oliveira. Criteriosamente, ela se ocupou da parte de pesquisa de arquivo, que é parca em dados, tendo conseguido documentos que nos permitiram situar instituições, datas e acontecimentos em torno da estátua de Fernão Dias. Mais do que um agradecimento, fica atestado o trabalho realizado pela pesquisadora mestrandia de nosso programa.

nome do bandeirante e foi erguida “sem grande pompa, como lembra o Sr. Falcão, já que a maior parte da população ainda não se dava conta da referência histórico-cultural e turística que tinha em solo pousoalegrense” (doc1, sem data, ou de 2001, provavelmente).

O DNER designou grupos especiais incumbidos de manter a ornamentação e preservação do espaço ocupado pela estátua. Homens como Zezinho Saponara, respeitado paisagista e decorador de Pouso Alegre, Sr. José Claro de Oliveira Filho, topógrafo do DNER da década de 50, Sr Alexandre Araújo, um dos maiores historiadores do município.

Nada a ver com a “vontade” ou a “decisão” de personalidades pousoalegrenses. Foi obra do DNER. Nem se sabe o nome do artista carioca que a esculpiu. E é ainda o DNER que designa quem vai ser responsável pela manutenção da “obra”. Aí sim, entram nomes de cidadãos pousoalegrenses: um paisagista decorador, um topógrafo antigo (dos anos 50, portanto de antes da feitura e instalação da estátua) e um historiador. E muitos outros, anônimos. Todos eles “emprestaram sua habilidade na manutenção dos ideais históricos e culturais perpetuados com a estátua”. Ou seja, é por um gesto de designação que os especialistas pousoalegrenses “emprestam suas habilidades na manutenção”, e agora por um deslize metafórico, não da estátua mas “dos ideais históricos e culturais perpetuados com a estátua”. Agora, sim, voltamos à história e ao símbolo: “*perpetuados* com a estátua”. E é assim que os sentidos de Fernão Dias deslizam para os pousoalegrenses.

A estátua, se textualiza, institucionalizando-se e estabelecendo a memória que não esquece. Além disso, não nos escapa a descrição da estátua, ou melhor do personagem histórico Fernão Dias: “A imagem que é vista por quem chega ao Trevo da Fernão Dias(...) é a de um bandeirante-desbravador, com olhos voltados para o horizonte sem-fim à procura das pedras esverdeadas, e caracteriza a personalidade daquele que ficou conhecido como o indomável senhor das esmeraldas”. Este recorte enunciativo faz parte do estereótipo tantas vezes repetidos sobre Fernão Dias. É o que chamo de “lembrete” de memória. Ou seja, são textualidades que, produzidas, desengatilham um mecanismo da memória de arquivo (institucionalizada, portanto) que nos faz entrar no unísono de um sentido petrificado, eternalizado: o do caçador de esmeraldas. In-significante.

Terra e Nacionalidade: uma questão de unidade e de sentidos

Se, de um lado, podemos pensar uma definição jurídica para território – limitação da força imperativa das leis ao território que as promulga – de outro, podemos pensar a definição política: condição da terra que faz parte de um Estado. Mas desde que o poder está em jogo temos a possibilidade de intervenção. Portanto estas definições não são inertes, nem politicamente “neutras”. Há sempre a necessidade de “órgãos” competentes, legítimos que exerçam territorialidade. Espaço² institucionalizado. Que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado

² Espaço, como temos afirmado, material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que refere “território”, espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado.

politicamente e que, por isso, inscreve o processo de identidade no discurso institucional do Estado: em nosso caso, o do pousoalegrense, o cidadão brasileiro. É um espaço institucionalizado.

Os aparatos (a estátua) marcam territórios e tem necessariamente de estar “consoante” às práticas territoriais do Estado. Ou seja, Estado e território estão inextricavelmente articulados na prática, têm seus aparatos e significam seus cidadãos através/com eles.

Segundo Becker (1983), o território emerge como noção fundamental, pois é a expressão concreta das unidades políticas no espaço. O território define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado. Isto é, ele é a parte visível do Estado. Sua dimensão. Que é da ordem da materialidade do espaço.

Se assim é, podemos dizer que o Estado tem sua materialidade representada no território que ele define, e em que poder e povo exercem sua soberania. É assim que podemos entender como algo/o espaço que pode aparecer como um “acidente” geográfico se transforma em parte do Estado dando visibilidade e soberania á relação poder/povo. Não estamos longe da forma como o sujeito, o acontecimento e a história entram nesta equação do espaço, quando se trata do espaço de uma Nação, de um Estado. O espaço é delimitado e constituído por relações de poder. E é por isso que significa. Ele tem além de tudo existência política, jurídica e administrativa reconhecidas.

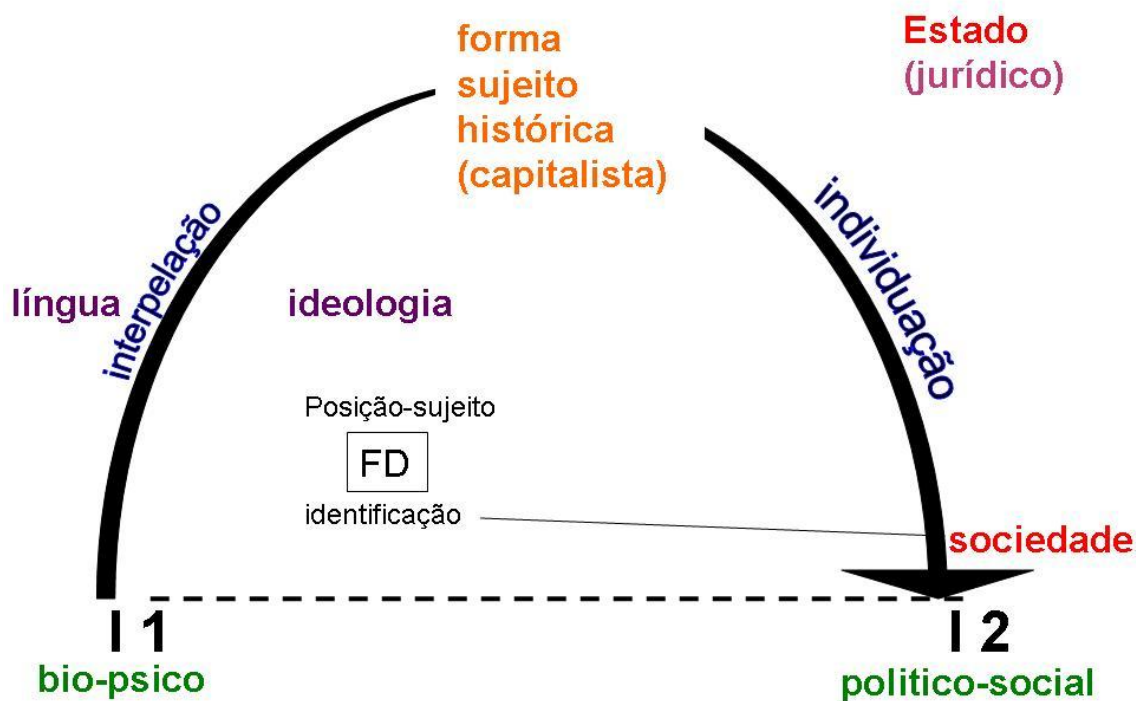
Segundo Brunet (R. Brunet et alii, 1993), “o território não é um terreno, nem o ar da cidade. Para definir território é preciso algo mais e este algo mais é um sentimento de pertencimento (“eu sou daqui”) e de apropriação (“isto é meu”, “esta é minha terra”, “este é o meu domínio”). O território tende a projetar sobre um certo espaço estruturas específicas de um grupo humano. E isto inclui um modo de classificação e gerenciamento do espaço, sua administração propriamente dita”.

Portanto, o espaço é “gerenciado”, ou seja, ele é significado pela relação com o poder, é um espaço político. A estátua de Fernão Dias, estacionada na entrada de Pouso Alegre, lembra a seu habitante: eu sou daqui, esta é minha terra. E, confundindo-se com a memória que carrega Fernão Dias de sentidos da territorialidade mineira e, mais amplamente, brasileira, “esta terra é minha” é mais do que a cidade.

O que é este sentimento de “pertencimento”?

Tenho insistido em analisar materiais que possam me dar indicações sobre os processos de individuação do sujeito contemporâneo.

Meu ponto de partida tem sido sempre o mesmo, ou seja, os dois movimentos que estabeleci em minha teorização sobre a constituição do sujeito (E. Orlandi, 2001), e que, embora distintos, são inseparáveis. Um primeiro movimento em que temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que considero como processo de individuação do sujeito. A noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política.



Uma estátua, como gesto de uma memória, de um Estado, é um discurso que individua.

A partir das análises que fiz, posso afirmar que se pode reconhecer - pensando a relação desse sujeito assim individuado, com o corpo político, de que recebe por este mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade - a forma da pessoa pública, esta correspondendo a uma forma de individuação, o sentimento de ser Um, no todo da sociedade. É a forma de individuação em relação à sociedade em geral, de que resulta o “eu comum”. Nesse imaginário que solda o grupo, no caso que estamos analisando, dos indivíduos pousoalegrenses, certamente está presente a imagem/estátua de Fernão Dias.

Pois bem, acrescentamos agora nesse complexo que envolve o sujeito em seu processo de individuação pelo Estado, a reflexão sobre a territorialidade. O espaço concreto que é o chão, o solo, estruturado em que ele “vive”, ou tem sua existência determinada. Tudo isso fazendo assim parte do que chamamos “identidade” e que, como diz M. Pêcheux (1975), resulta de processos de identificação. Para mim, inseparável do que venho chamando a materialidade do sujeito. O acontecimento do significante que o constitui na interpelação ideológica, na rede do interdiscurso.

Voltemos ao que diz Brunet et alii (idem): “Conceito relevante da socialização do espaço, o território não é de natureza individual”. Comenta então E. Karol que o território serve para confortar pelo sentimento de pertencimento, ajudando na

cristalização das representações coletivas e símbolos que se encarnam em altos planos de significado.

E o que nos interessa neste comentário é o que podemos entender por “altos planos de significado”, pensando discursivamente esta questão do pertencimento, do território e da territorialidade, chegamos ao sentir-se em casa, como parte dos processos de identificação, agora com a cidade, com o país, com a Nação, com o Estado. Sentidos (observem que já não estou dizendo “sentimento” mas *sentidos*) que estão postos quando se diz “Eu sou brasileiro”, “Eu sou mineiro”, “Eu sou do Sul de Minas”, “Eu sou pousoalegrense”. E isto faz parte do que chamamos identidade do sujeito: o efeito de sentido chamado “o sentimento de ser brasileiro, mineiro, pousoalegrense etc”. Em suma: o sentimento é produzido em um processo de significação e de constituição do sujeito. E assim é também com o sentimento pátrio, ou gentílico. São efeitos de sentidos.

Agora, se pensamos em Max Weber (1979) o poder, o território e o grupo fazem uma só coisa. Este talvez seja o sentido mais forte de “pertencimento”. Ou seja, tem como condição o político (o nosso sujeito individuado, político-social está na órbita, por assim dizer, dessa “vontade” que se orienta em função de um grupo territorial).

Por outro lado, a relação entre solo e Estado não é a única. Quando se trata da dimensão simbólica, é importante pensar a relação solo e nação.

A meu ver a territorialidade pode significar, discursivamente, de acordo com a perspectiva em que leio, a articulação entre o simbólico e o político, ou seja, as relações de sentido e de forças que atravessam a sociedade e a história em um espaço constituído por sujeitos sociais.

As duas definições de territorialidade (*Les Mots de la geographie* de Brunet et alii): 1. o que define territorialidade é o que pertence ao território considerado politicamente, ao conjunto de leis e regulamentos a que os habitantes estão sujeitos; 2. e a que nos interessa mais de perto, a territorialidade é o território “apropriado” na relação individual ou coletiva. A identificação com o espaço, neste caso, é tomada no processo de socialização (eu diria de individuação pelo Estado), sobressaindo-se da psicologia coletiva, segundo Karol. Ela contribui para a elaboração da identidade do grupo. Ao contrário do que acontece com as raízes estes princípios são portáteis, como diz Karol, e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isto é o que permite ao indivíduo que se desloca em novos espaços – cidade, país, nação – refazer seu território. É assim útil à coesão dos grupos sociais ao mesmo tempo que é fonte de hostilidade, exclusão, ódios. E, em nossos termos, aí entra a questão do tal “pertencimento”, dos processos de identificação, do sentimento de ser Um, e do que significa para os sujeitos e para o Estado que o indivíduo, face à sociedade, o “reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços” (a estátua “olha o horizonte sem fim”). Espaços, como consideramos discursivamente, ou seja, espaço de significação, de subjetivação.

E, a meu ver, quando se trata da fundação de territorialidade, como é o caso das Bandeiras, o próprio traçado do mapa, suas demarcações, linhas e fronteiras, ou melhor, alargamento de fronteiras, já são em si um gesto político e simbólico face a questão do Estado. É pois uma questão do sujeito. É um acontecimento no processo de identificação, com suas conseqüências na sociedade e na história.

A articulação entre o simbólico e o político pode significar, de acordo com a perspectiva em que leio, as relações de sentido e de forças que atravessam a sociedade e a história em um espaço constituído por sujeitos sociais. E é assim que podemos pensar, discursivamente, a “territorialidade”, para além da perspectiva geográfica, geopolítica. Como para outras situações (cf. espaço urbano, E. Orlandi, 2004, entre outros), penso a territorialidade enquanto espaço que significa, logo, espaço de interpretação em que sujeitos se inscrevem. Espaço institucionalizado, significado pelo poder do Estado.

O Bandeirante e a Santa: Processos de Identificação do sujeito pousoalegrense em sua constituição

Quando lemos os textos sobre a história de Pouso Alegre, só temos bem no início a referência Fernão Dias, quando se fala que “em 1674 – A bandeira de Fernão Dias começa sua expedição. Adentrando pelo sertão, atinge o território que seria a futura Capitania das Minas. Surge o primeiro arraial em Ibituruna, conhecido como “Berço da Pátria Mineira”, localizado no centro oeste de Minas”. Portanto a referência é a Minas e não se fala em Pouso Alegre, nessa passagem em que se fala do Bandeirante. Já a referência a São Cipriano e ao arraial de Bom Jesus tem uma ligação ao povoamento do sul de Minas, à descoberta do ouro que, de uma certa forma, se liga ao caminho aberto pelo Bandeirante Fernão Dias.

De forma rápida, podemos dizer que (M.L. Saponara e F. T. Machado, 1998), embora surgisse às margens de uma trilha do ouro, a trilha do Sapucaí (que resulta da descoberta de ouro em Santa Anna do Sapucaí, hoje Silvianópolis), Pouso Alegre não faz parte das cidades que foram formadas pela busca do ouro mas foi escolhida por aventureiros como ponto de fixação e manutenção uma vez que a lavoura e a criação de gado foram seu forte.

Em 1674 a bandeira de Fernão Dias começa sua expedição adentrando pelo sertão e atingindo o território que seria a futura Capitania de Minas Gerais. Esta expedição de Fernão Dias, fundamental para a formação de Minas Gerais, não passa por Pouso Alegre mas pela região centro-oeste de Minas, como dissemos acima.

Mas vejamos como se forma Pouso Alegre nesse movimento dos bandeirantes em sua busca de ouro, na apropriação do solo e na formação da população. Em 1739 Cipriano José da Rocha funda o arraial com o nome de São Cipriano que foi elevado a freguesia com o nome de Santo Antonio do vale da Piedade da campanha do Rio Verde. E assim começa a ser povoada a região Sul de Minas. Com a descoberta de ouro na margem esquerda do rio Sapucaí, começa-se a povoar a região oeste deste rio. Futuramente forma-se o arraial de Bom Jesus e, fato sempre constitutivo das cidades e parte do povoamento, a Igreja se apresenta como interessada: nas proximidades do que seria o Arraial de Bom Jesus, Carlos de Araujo e Antonio José Machado doam terras para a formação do patrimônio do que seria a primeira capela.

O rei de Portugal ordena, em 1748, que se faça nova definição das linhas das Capitanias. E aí entra um texto de Augusto José de Carvalho que gostaria de repetir na íntegra:

Em meio caminho das Minas Gerais, para quem viesse de São Paulo em demanda dos Achados de Santo Antonio ou retornasse aos campos

de Atibaia, já em fins do século dezoito, surgia às margens do Rio Mandú, um aglomerado de gente, a que não se podia chamar de povoado, nem tão pouco de arraial, de tão pequeno que era e de tão limitada a sua população. Ali estava o **Rancho** (grifo meu), à sombra da figueira densa de folhagens, bem perto da mina d'água, junto ao barranco. Para o viajante que vinha em lombo de burro ou de qualquer animal de sela, era o **Rancho Alegre** (grifo meu) acolhedor de sempre (...). Na casinha de adobe funcionavam a cozinha e outras dependências do rancho. Duas outras laterais e paralelas, eram as serventias: refeitório, salas de arreo e, ao fundo, delimitando o pátio da alimária e que dava para a baixada do rio, a pousada dos forasteiros. Além dessas dependências, mais perto da casinha de adobe, estava a bica d'água, junto ao barranco. Mais longe, o bebedouro dos animais. Lá na baixada, aproveitando a água servida que rolava da banquetta para o rio, a privadinha, que mais parecia uma morada de castor (...). Em fins do século dezoito, o rancho grande e mais alguns casebres espalhados pela banquetta do rio, era tudo o que se chamava o **Pouso Alegre do Mandú** (grifo nosso)" Carvalho, Augusto José de, Terra do Bom Jesus, 1982, p. 54,55,56.

Não é sem interesse observar o que colocamos em negrito. São formas de nomear o lugar: Rancho (no aglomerado), Rancho Alegre (ao fundo, a pousada) e (tudo) o Pouso Alegre do Mandú (que, por sua vez, remete ao Rio). Voltaremos à questão da nomeação. Vale observar também que a "pousada", palavra que nos interessa na formação de "pouso", ficava "ao fundo". Ressaltamos aqui que a denominação é o Pouso Alegre do Mandú. Este artigo (o), determinante, é discursivamente pleno de implicações, silêncios de sentidos a não se dizer. Este o traz para perto a história de um lugar em que se parava para repousar. O Rancho Alegre. O "o" mais o "alegre" que adjetiva o rancho dirige a significação para uma possível interpretação indesejável já que, para muitos, indica a presença de mulheres alegres no local que, por metonímia, dera o nome ao rancho (Rancho Alegre). Sem o "o" deixa de ter a sombra, a franja, do substantivo comum e passa a nome próprio, da cidade: Pouso Alegre.

De fato, a queda do "o" – de "o Pouso Alegre do Mandú" – não indica uma pequena diferença: é o reconhecimento, a legitimação que vai resultar da passagem de um "rancho grande" e "alguns casebres" que era "tudo" que se chamava "o Pouso Alegre do Mandú", fazendo o trajeto de um aglomerado a povoado, a arraial, a vila, e finalmente a cidade: Pouso Alegre. Em que a determinação "do Mandú" às vezes aparece, outras, não.

Em termos discursivos podemos apreciar o jogo de paráfrases e deslizamentos:

O Rancho

O Rancho Alegre

A pousada

O Rancho Grande e os casebres

Tudo (resumidor)

O Pouso Alegre do Mandú

Pouso Alegre (do Mandú)³

Se, de um lado, é nesta descrição prosaica, simples, que reside a fundação de Pouso Alegre, pelo lado administrativo, o discurso já é menos prosaico e estabelece-se a fala das instituições: primeiro porque, como dizem as autoras (Saponara e Machado, idem), a igreja exerceu enorme influência na formação do povoado já que, na escritura da doação das terras, há a primeira descrição dos limites do povoado surgido em torno da capela original onde, mais tarde, viria a ser o centro histórico de Pouso Alegre. E oito anos mais tarde, por influência da Igreja Católica e a pedido do povo, por Alvará Régio de 6 de novembro de 1810, o povoado é elevado à categoria de Freguesia “collada à capela do Bom Jesus de Pouso Alegre, **vulgarmente** chamada Mandu” e desmembrada da Freguesia de Santa Anna. Em 1831 é elevada a Vila e em 1848 recebe o título de cidade. Para isto é importante a existência da Igreja, do Pelourinho e da Câmara. E tudo isso se deve muito ao Cônego José Bento que participou ativamente da vida política do país. Filiado ao Partido Liberal, chegou a Senador do Império. Foi ele também quem criou o primeiro jornal da vila e do sul de Minas, o “Pregoeiro Constitucional”, jornal que foi utilizado para lançar a Constituição de Pouso Alegre, preparada por gente do Partido Moderado e que foi a base da Constituição do Império. Com as mudanças políticas em 1837, a renúncia do Regente Feijó, a mudança na política de Pouso Alegre, com o Partido Conservador, acirram-se as disputas e o Cônego José Bento, Senador, é assassinado, em 1844. A elevação de Pouso Alegre a cidade, em 1848, pacifica e une a população. E um ano depois de elevada a cidade, começa a construção da Nova Matriz. Como vemos, Igreja e Poder Político estão sempre funcionando nessa história.

De um lado, o Bandeirante que abriu o solo para povoar Minas, de outro, a capela de Bom Jesus, e perto dela o político, Cônego José Bento, Senador do Império, que dá a Pouso Alegre uma presença nítida na política do país.

Talvez ainda interesse, nessa história, referir como foi nomeada Pouso Alegre. Segundo os autores, “em 1797, o governador D. Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, que de São Paulo fora transferido para a Capitania de Minas Gerais, passou pelo nascente povoado, onde veio encontrá-lo o Juiz de Fora da campanha, Dr José Carneiro de Miranda e que encantados pela esplêndida beleza do lugar em que se achavam, **conta-se** (grifo meu) que **um daqueles cidadãos** (grifo meu) dissera que o lugar não devia chamar Mandu, como era então conhecido, mas sim, Pouso Alegre, e que veio daí a denominação que **o povo e a lei** (grifos meus) posteriormente sancionaram” (Tuany Toledo).

Os grifos que coloco acima é para chamar a atenção para o fato de que colocam nomes próprios titulados precisamente ao lado de uma vaguidade sintomática (conta-se, um daqueles cidadãos). E Mandu era o nome “como era então conhecido”. Não se fala em “Rancho”, nem em “Rancho Alegre”. Só no nome do Rio que passa pelo pequeno

³ O que, aqui, aparece como opcional, do Mandú (na escrita da época), tem, no entanto, uma força enorme como projeção imaginária na história: o Mandu é um rio, mas não é apenas um rio qualquer. Ele dá corpo e memória a uma cidade: Pouso Alegre (do Mandú). Nesse sentido ele tem o mesmo estatuto dos grandes rios no mundo (o Sena, o Tejo, o Tibre, o Reno, o Tâmis etc). São rios que são mitos relacionados à fundação de uma cidade. O Mandú é um rio mítico. Mito que se conta de várias maneiras nessa história.

povoado. Aí não tem sujeito, nem está sancionado pelo povo e pela lei. Algo aí não está dito, ou mais do que isso: algo aí está silenciado. Portanto fica sem explicação porque Pouso Alegre chama-se Pouso Alegre. Mas basta que assim se chame.

Os grifos e os recortes desta história que mais acima referimos – não contamos – é para mostrar que o poder político e a Igreja estão sempre presentes. As datas são referidas a cada passo. Se procuramos nessa cronologia alguma referência à estátua do Fernão Dias não há. Nenhuma. Por outro lado, há sobejamente dados sobre como o obelisco de Nossa senhora da Conceição foi construído, tombado e faz parte da praça mais importante e referência como centro da cidade. Como é frequentada pelos mais velhos que aí iniciaram seus namoros e continuam a lembrar de suas vidas, ou de jovens que aí procuram proteção. Ela é considerada a Nossa Senhora dos namorados.

Nenhuma referência à estátua de Fernão Dias. Nenhuma referência ao DNER que, afinal, é um órgão do Estado. Resistência. Silenciamento. Do povo? Dos políticos? De alguns políticos? Do modo como a memória funciona na partilha do que deve ser contado como história oficial e o que fica à margem (da estrada, da vida de Pouso Alegre, de sua “tradição”?). Resultado de como se produzem os “acontecimentos”? Insignificância?

Se há algo que resiste, há algo que desliza e faz memória

No entanto, esses sentidos de Fernão Dias e sua estátua chegam ao sujeito pousoalegrense.

Fernão Dias, não é só estátua, não é só rodovia. É sujeito na memória de como se forma o Brasil. Nosso território e o povo que o habita. O mapa não é só esboço no papel. É traçado da memória. É percurso de sentidos. Tem historicidade.

Se Fernão Dias faz um caminho que vai pelo centro oeste de Minas, no entanto abre espaço para que outros percursos se façam, outros traçados se inscrevam no mapa da memória do sul de Minas: o rio Sapucahy, o ouro, o rancho, o rio Mandu. O Pouso Alegre. Depois Pouso Alegre, sem “o”.

A estátua de Fernão Dias, na entrada de Pouso Alegre, na postura de quem olha ao longe é o gesto que desencadeia esta memória, que filia o sujeito pousoalegrense, pela forma como o Estado, através do DNER, individua este sujeito ligando-o a um solo e significando sua identificação com a formação discursiva que lhe dá uma origem: a de um rancho à beira do rio Mandu. Um percurso que se torna um pouso. Um pouso que se transforma em arraial, em freguesia, em Vila e finalmente, logo após a morte do Senador José Bento, em cidade. Uma cidade com sua entrada, sua estrada. Sua estátua (da estrada?).

E temos aí um sofisticado processo discursivo. O de uma estátua que nos faz pensar um corpo – o de Fernão Dias – que se materializa em um sujeito histórico, o Bandeirante, que institui caminhos e forma povoados, situa populações. Povo a solo do Brasil. Transforma espaço em territorialidade, em acontecimento, em história. Em país. Em nação. Submete o chão ao Estado. E este, por seu poder, suas instituições, individua seus sujeitos desse chão.

Podemos então observar como este corpo atualiza a memória pousoalegrense. Como o corpo se textualiza em documentos que ao se constituírem em arquivo estabelecem a memória que não esquece.

Como a estátua é corpo, o de Fernão Dias, este corpo se inscreve, com sua forma material, no sujeito. E não é texto, não é monumento, é a forma de um corpo com os discursos que aí estão investidos e se produzem, produzindo sentidos para o gesto ali posto que, por sua vez, vai significar nos processos de identificação do pousoalegrense. O de quem, como parte de um percurso da história, olha ao longe. Procura. Busca o que ainda não está visível. Seria esta a busca de uma identidade confirmada? Estariam em contradição o gesto de quem busca o horizonte, o que pousa em um rancho à beira do Mandu, e o que se estabelece com raízes na Igreja do Bom Jesus, com escritura em que a doação das terras para a construção da Igreja também é documento que atesta os limites da freguesia, e na figura tantas vezes evocada do Cônego José Bento, Senador do Império, assassinado, antecedendo o momento em que Pouso Alegre se torna enfim cidade? A quem se dedica toda uma praça tendo como obelisco a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Essa é a contradição que lateja na maneira como os sujeitos individuados por diferentes gestos articuladores do simbólico com o político, pelo Estado, constituem o processo de identificação do sujeito pousoalegrense, indivíduo que se apresenta em suas posições sujeito na sociedade que constituem em sua cidade, seu território, seu Estado, seu país.

E a estátua de Fernão Dias lembra o ciclo do ouro, base da economia, mas sobretudo base do povoamento de Minas, estabelecimento de seu solo, sua territorialidade. Habitado por sujeitos individuados pelo Estado em cidadãos pousoalegrenses. Pouso Alegre deriva de um caminho que passa perto do caminho feito por Fernão Dias no passado e que hoje, na Rodovia Fernão Dias, passa por ela, sua estátua marcando a entrada para a cidade.

A estátua funciona por um efeito de memória: não o interdiscurso, a memória que para constituir sentido, esquece, mas a memória institucionalizada, a memória de arquivo, que justamente é um marco/gatilho que desencadeia um processo de significação e de identificação em uma rede da memória gerida pelo Estado. Entre os diferentes acontecimentos em que apontam contradições entre as quais é significativa a que coloca no centro da praça dedicada ao padre José Bento, no obelisco, a estátua de Nossa Senhora da Conceição, em frente à catedral do Bom Jesus, com termo de doação e reconhecida pelos pousoalegrenses, e a doada pelo DNER, só muito recentemente atestada em termos de doação, mas que vem pela força da memória de um percurso na história que passa por um rancho, que deriva, desliza, mesmo, do trajeto de Fernão Dias, o Bandeirante que abre o ciclo do ouro de Minas. Estátua que indica a entrada empírica de Pouso Alegre, arregimentando, no entanto, por sua projeção no espaço da memória, sentidos para/de toda região do sul mineiro.

Nessa rede de sentidos se enredam a memória e os acontecimentos. O Estado, o indivíduo e a sociedade. Em uma relação que é política. O que fica significado oscila entre o obelisco de uma praça central, frente à Igreja principal, e a margem de uma estrada que passa, indo de um lugar a outro. Que não começa nem termina em Pouso Alegre. Mas que por estar ali é um marco de territorialidade. A que assenta os pousoalegrenses não apenas num solo mas numa memória, e, por ela, em uma história

oficial, a que se conta, a que se ensina e que se aprende. E que afeta ideologicamente o habitante do lugar mesmo que ele não saiba. Não só pelo que este indivíduo diz mas sobretudo pelo modo como ele é dito e por aquilo que ele não diz mas que faz parte de sua sociedade na história. Que o significa como sendo de uma região particular, e que é parte de um Estado, de um país, de uma nação. A estátua é o gesto de memória que ao individualizar o sujeito pousoalegrense o faz habitante singular de uma unidade territorial mais vasta: a do Brasil em Minas.

Conclusão

Não podemos deixar de considerar um aspecto interessante nessa história de estátuas, de bandeirantes e de santos. É que a estátua é uma marca. Um marco. Que mostra, empiricamente, a entrada de Pouso Alegre, e que remete imaginariamente ao percurso de um bandeirante e uma história que liga São Paulo e Minas na construção do país Brasil. E mesmo no processo de denegação em que se conflitam santos e conquistadores, ou aventureiros, o pousoalegrense é inscrito nessa rede de sentidos que o identificam no real de uma história que tem suas marcas e seus marcos. E a estátua, na aparente indiferença, é um deles.

Referências bibliográficas

- G. Bataille (1946) “Les sens moral de la sociologie”, in *Critique*, Paris.
- B.K. Becker org. (1983) *Abordagens Políticas da espacialidade*, UFRJ, Rio de Janeiro.
- M. Le Berre (1992) *Territoires*. In *Encyclopédie de Géographie* (dir. De A. Bailly, R. Ferras e D. Purman), Economia, Paris.
- R. Brunet et alii (1993) *Les Mots de la Géographie, dictionnaire critique*, 3^a Ed., Montpellier;Reclus, La documentation française, Paris.
- G. Canguilhem (1990) *Le Cerveau et la Pensée*, MURS, Paris.
- A. J. de Carvalho (1982) *Terra do Bom Jesus* in *História de Pouso Alegre* (Museu Histórico Tuany Toledo).
- A. Carvalho e A. Araujo (2003) *Portucalle – Novo Programa*, Ed Asa, Porto, Portugal.
- Dados cronológicos da História de Pouso Alegre - Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG - Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, *História de Pouso Alegre. Pouso Alegre através dos tempos – Sequência Histórica*. Coordenação de Alexandre de Araújo, 1998.
- E. Enriquez (2005) “Croyances et mécanismes de défense dans les communautés”, in *Esprit de corps, démocratie et espace public*, PUF, Paris.
- M. Foucault (1977) *Vigiar e Punir*, Vozes, Petrópolis.
- E. Karol (2008) “As noções de territorialidade e supraterritorialidade – fragmentos de um debate”, *Vozes em Diálogo*, v.1., p.1.
- F. McAndrew (1993) *Environmental Psychology*, Brooks/Cole, California.
- P. Nora (1984) *Les Lieux de Mémoire*, Gallimard, Paris.

- E. Orlandi (2001) *Discurso e Texto*, Pontes, Campinas.
- E. Orlandi (2002) *Língua e Conhecimento Linguístico*, Cortez, São Paulo.
- E. Orlandi (2004) *Cidade dos Sentidos*, Pontes, Campinas.
- M. Pêcheux (1975) *Les Vérités de la Palice*, Maspero, Paris.
- Cl. Raffestin (1993) *Por uma geografia do Poder*, Ática, São Paulo.
- M. L. Saponara e F. T. Machado (1998), cópia Xerox.
- M. Weber (1979) *Ensaio de Sociologia*, São Paulo, Ed. Atlas.
- M. Weber (1904, 1985) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 4ªed., Livraria Pioneira Editora, São Paulo.